

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siuffi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcddh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PORTARIA Nº 3467/2018-PGJ, DE 15.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Romão Avila Milhan Junior compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, nos períodos a seguir relacionados:

PLANTÃO	PERÍODOS DE GOZO
10, 11 e 12.10.2015	15 a 17.10.2018
15.11 e 8.12.2015; 9 e 10.1.2016	29.10 a 1º.11.2018
16, 17.1, 20 e 21.2.2016	19 a 22.11.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3497/2018-PGJ, DE 17.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 19 (dezenove) dias de férias remanescentes à Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, que seriam usufruídos no período de 15.10 a 2.11.2018, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/3910/2016).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3504/2018-PGJ, DE 18.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Hudson Shiguer Kinashi 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 15 a 20.12.2017, a serem usufruídos nos dias 5 e 6.11.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3499/2018-PGJ, DE 18.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 61º Promotor de Justiça de Campo Grande, Silvio Amaral Nogueira de Lima, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência designada para o dia 17.10.2018, às 14h30min, na 5ª Vara Criminal da referida Comarca, referente aos autos nº 0010160-52.2015.8.12.0001.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3498/2018-PGJ, DE 17.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares às Promotoras de Justiça abaixo nominadas, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTORA DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Angelica de Andrade Arruda	2017/2018	30	15.10 a 13.11.2018
Jerusa Araujo Junqueira Quirino	2017/2018	30	22.10 a 20.11.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3500/2018-PGJ, DE 18.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Acrescentar o Promotor de Justiça abaixo relacionado na Portaria nº 2047/2018-PGJ, de 15.6.2018, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Promotores de Justiça, referente ao segundo semestre de 2018:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Lindomar Tiago Rodrigues				19 a 28.11.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3501/2018-PGJ, DE 18.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2047/2018-PGJ, de 15.6.2018, modificada pela Portaria nº 3033/2018-PGJ, de 10.9.2018, na parte que estabeleceu o período de conversão da Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres, de forma que, onde consta: 25.11 a 4.12.2018; passe a constar: 3 a 12.12.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3505/2018-PGJ, DE 18.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2047/2018-PGJ, de 15.6.2018, na parte que concedeu o 2º período de férias ao Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva, que seriam usufruídas no período de 5 a 14.11.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3502/2018-PGJ, DE 18.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Clarissa Carlotto Torres	2.10.2016	1º.11.2018
	8, 9, 10, 11 e 12.10.2016	26, 27, 28, 29 e 30.11.2018
Izonildo Gonçalves de Assunção Junior	10.4, 30 e 31.7, 26 e 27.11.2016	22, 23, 24, 25 e 26.10.2018
Renzo Siufi	28.2.2016	7.12.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3503/2018-PGJ, DE 18.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 9ª Promotora de Justiça de Dourados, Fabrícia Barbosa Lima, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca, no período de 22 a 26.10.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular Promotor de Justiça Izonildo Gonçalves de Assunção Junior.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3511/2018-PGJ, DE 18.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 3335/2018-PGJ, de 2.10.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de outubro de 2018, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUATEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO			
27 e 28.10.2018	PJ de Mundo Novo	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	98462-9219

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUATEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO			
27 e 28.10.2018	PJ de Iguateemi	Thiago Barbosa da Silva	99933-0454

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3506/2018-PGJ, DE 18.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Antônio Freitas de Almeida 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 16.10.2018, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3512/2018-PGJ, DE 18.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Incluir na Portaria nº 3456/2018-PGJ, de 15.10.2018, que convocou membros para participarem do *Workshop* “A atuação do Ministério Público no Tribunal do Júri”, os Promotores de Justiça abaixo indicados e torná-la sem efeito na parte que convocou o Promotor de Justiça Daniel do Nascimento Britto:

- Alexandre Estuqui Junior
- Allan Carlos Cobacho do Prado
- Douglas Silva Teixeira
- Camila Augusta Calarge Doreto
- Nara Mendes dos Santos Fernandes

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3510/2018-PGJ, DE 18.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 55/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal – Elvys Tomas Bernal, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnico I (Processo PGJ/10/2981/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 3507/2018-PGJ, DE 18.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Luciano Paulo Portella, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Maracaju, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, nos dias 10, 15, 26 e 29.10.2018, em razão de licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral da servidora Liliane Rosa da Silva.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3508/2018-PGJ, DE 18.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Angelo Maia Marcelo Pirani, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Infraestrutura e Tecnologia, símbolo MPDS-104, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Tecnologia da Informação, no período de 1º a 12.10.2018, em razão de licença da titular, Myrian Raquel Rodrigues da Silva.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3509/2018-PGJ, DE 18.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Lenice Mie Joboji, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 21ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 68ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 19.11 a 8.12.2018, em razão de férias da servidora Cleizy Mara Romeiro.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/PGJ/2018.**

Processo: PGJ/10/3192/2017.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Administrativo, Helton Fonseca Bernardes.

2- CLARO S.A., representada por seu Gerente de Contas, Giovanni Marques Gamba Licitação: Inexigida.

Amparo legal: Artigo 25 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviços, pela Contratada, de comunicação de dados para interligação de todas as 72 (setenta e duas) unidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, na Capital e no Interior do Estado, por meio de comunicação privada (intranet), com garantia mínima de 100% da velocidade contratada, baixa latência, com alta taxa de disponibilidade e com tempo de solução de problemas em até 6 horas, incluídos, ainda, os serviços de fornecimento de todos os equipamentos e acessórios necessários, serviços de instalação, manutenção, monitoramento pró-ativo e suporte técnico presencial 24x7x365 de circuitos de dados em fibra ótica do tipo MPLS.

Valor mensal estimado: R\$ 285.417,95 (duzentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e dezessete reais e noventa e cinco centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE004075, de 27.08.2018.

Vigência: 10.10.2018 a 10.10.2019.

Data de assinatura: 10 de outubro de 2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0009/2018/49PJ/CGR.**

A 49ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002971-2, que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180 – Chácara Cachoeira. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002971-2.

Requerente(s): Ministério Público Estadual.

Requerido(s): A Apurar.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no âmbito da Sociedade Beneficente Barão do Rio Branco, CNPJ 07.827.841/0001-16, especialmente no que diz respeito à utilização de veículos da entidade para atendimento de fins particulares, com destaque ao veículo adquirido com recursos oriundos do Convênio nº 19905/2012, celebrado entre o Governo do Estado e a entidade, bem como na destinação dada aos computadores adquiridos com recursos oriundos do Convênio nº 24852/2015, celebrado entre o Governo do Estado e a entidade.

Campo Grande/MS, 17 de outubro de 2018.

GEVAIR FERREIRA LIMA JR.

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 002/2018/28ªPJ/CGR.

A 28ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição na Rua da Paz, nº 134, Centro, nesta Capital.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000611-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar denúncia de agressão física sofrida por adolescente que cumpria internação provisória, na UNEI Novo Caminho, em Campo Grande/MS, ocorrida no dia 20/11/2017.

Campo Grande/MS, 17 de setembro de 2018.

VERA APARECIDA CARDOSO BORGALHO FROST VIEIRA

Promotora de Justiça

CORUMBÁ

EDITAL 0089/2018/05PJ/CBA.

Autos de Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003819-0.

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo 09.2018.00003819-0, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Pantanal.

Assunto: Analisar a prestação de contas da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Pantanal referente ao exercício financeiro 2016.

Corumbá/MS, 10 de outubro de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

EDITAL 0090/2018/05PJ/CBA.

Autos de Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003820-1.

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo 09.2018.00003820-1, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Pantanal.

Assunto: Analisar a prestação de contas da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Pantanal referente ao ano base de 2017.

Corumbá/MS, 10 de outubro de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

DOURADOS

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2018.00001165-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Objeto: Apurar notícia indicativa de eventual falta de sistema de rede geral de saneamento básico pelo Município de Dourados (objeto originário do Inquérito Civil 036/2014/PJDMA).

RECOMENDAÇÃO n. 0005/2018/11PJ/DOS

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, pelo Promotor de Justiça subscritor, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PJG de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007/PJG dispõe em seu artigo 5º que *"a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social"*;

CONSIDERANDO que, o art. 44 da referida norma ainda estabelece que *"O órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover"*;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é *"instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis"* (Constituição Federal, artigo 127, *caput*), sendo-lhe dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos direitos difusos nos termos do artigo 129, inciso III da Constituição Federal c/c. artigo 81, parágrafo único, incisos I a III, da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), sendo, ainda, sua função institucional zelar pelo efetivo respeito ao meio ambiente e proteção à coletividade (art. 1º, incisos I e IV, Lei n. 7.347/85);

CONSIDERANDO que é direito de todos o acesso a um ambiente ecologicamente equilibrado, sendo este um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, cabendo ao Poder Público e à coletividade defendê-lo e preservá-lo, nos moldes do art. 225 da Carta Magna;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 182 da Constituição da República *"A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes"*;

CONSIDERANDO que o art. 23 da Constituição previu que *"Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico"*;

CONSIDERANDO que, neste sentido, foi elaborada a Lei Federal 11.445/2007, conhecida como Política Nacional de Saneamento Básico, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, dispondo em seu art. 3º que os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base, dentre outros, no princípio fundamental da transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados, bem como no controle social (incisos IX e X);

CONSIDERANDO que, por controle social, entende-se *"Art. 2º [...] IV - controle social - conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados com os serviços públicos de saneamento básico"*;

CONSIDERANDO que, já no art. 47, a Política Nacional de Saneamento Básico determina que *"Art. 47. O controle social dos serviços públicos de saneamento básico poderá incluir a participação de órgãos colegiados de caráter consultivo, estaduais, do Distrito Federal e municipais, assegurada a representação: I - dos titulares dos serviços; II -*

de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico; III - dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico; IV - dos usuários de serviços de saneamento básico; V - de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico";

CONSIDERANDO que o art. 19 da referida norma dispõe que a prestação de serviços públicos de saneamento básico deverá observar o Plano de Saneamento a ser elaborado pelos municípios;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 25. do Decreto n. 7.217/2010, que regulamenta a Lei n. 11.445/2007, a prestação de serviços públicos de saneamento básico observará plano editado pelo titular dos serviços, sendo que, nos termos do §5º: *"O disposto no plano de saneamento básico é vinculante para o poder público que o elaborou e para os delegatários dos serviços públicos de saneamento básico"*;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB objetiva diagnosticar o estado de salubridade ambiental da prestação dos serviços de saneamento básico e estabelecer a programação das ações e dos investimentos necessários para a universalização, com qualidade, destes serviços, e, consequentemente, promover a saúde, a qualidade de vida e do meio ambiente, assim como organizar a gestão e estabelecer as condições para a prestação dos serviços de saneamento básico, de forma a que cheguem a todo cidadão, integralmente, sem interrupção e com qualidade;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Dourados é objeto do inquérito civil em epígrafe, no bojo do qual obteve-se a informação de que a elaboração do Plano está sendo realizada pela empresa GROEN ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA-EPP, nos termos do Contrato n. 006/2016/DL/PMD (fl. 284);

CONSIDERANDO que os serviços objeto da contratação referenciada têm por objetivo dotar o gestor público municipal de instrumento de planejamento de curto, médio e longo prazo, de forma a atender as necessidades presentes e futuras de infraestrutura sanitária do Município. Busca, ainda, preservar a saúde pública e as condições de salubridade para o *habitat* humano, bem como priorizar a participação da sociedade na gestão dos serviços;

CONSIDERANDO que, neste sentido, o Termo de Referência do processo licitatório que culminou na contratação da empresa acima indicada previu a necessidade de constituição de Grupos de Trabalho *"para o desenvolvimento de temas específicos do Plano quando a realidade complexa indicar ou houver a necessidade de atuação articulada de diferentes órgãos e instituições"* (fl. 199);

CONSIDERANDO que o Plano de Trabalho para elaboração do PMSB (fls. 320-404) também inclui a etapa de formação do Grupo de Acompanhamento que seria responsável, principalmente, pelo controle das ações realizadas e identificação de necessidades locais para o planejamento de medidas que tornem a gestão dos serviços de saneamento básico mais eficientes quanto aos aspectos ambientais, econômicos e sociais (fl. 336);

CONSIDERANDO que, a fim de garantir a correta participação social, este Órgão de Execução organizou diversas reuniões entre a municipalidade, representantes da sociedade civil e empresa contratada para discutir sobre a criação do Grupo de Trabalho a ser formado por técnicos habilitados a contribuir com os avanços nas etapas de conclusão do PMSB (fls. 526-531 e 556-564);

CONSIDERANDO que, como resultado das deliberações e assertivas acordadas, foi instituído o Grupo de Acompanhamento da elaboração do PMSB, por meio do Decreto n. 500, de 18 de agosto de 2017, publicado no Diário Oficial do Município de Dourados n. 4.522, de 23 de agosto de 2017 (fl. 713);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 1º do Decreto de instituição: *"Art. 1º. Fica criado o Grupo de Acompanhamento (G.A.) firmado para subsidiar e auxiliar na formulação dos produtos e metas a serem estabelecidas no Plano de Saneamento Básico [...]"*;

CONSIDERANDO que, a partir de então, o GA realizou encontros periódicos para avaliação das etapas e produtos concluídos pela empresa responsável pela elaboração, sempre apontando discrepâncias e necessidade de complementações ou confirmações de dados, índices e informações que instruem o trabalho, tais como fontes de pesquisa, critérios de cálculos e percentuais, mapeamentos, defasagem de informações, densidade demográfica, etc. (fls. 677-681, 708-712, 799-801 e 802-805);

CONSIDERANDO que, não obstante a ausência de informações sobre a observância das adequações solicitadas pelos representantes do GA, chegou ao conhecimento do *Parquet* notícia de que foi protocolado junto à Câmara Municipal o Projeto de Lei n. 19/2018/PGM, que institui o Plano Municipal de Saneamento Básico, instrumento da Política Municipal de Saneamento Básico, contemplando o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e dá outras providências (fls. 758-770);

CONSIDERANDO, então, que foram requisitadas informações ao GA acerca do Produto Final que culminou na elaboração do Projeto de Lei n. 19/2018/PGM, notadamente quanto à sua eficiência e adequação às necessidades municipais para atendimento a toda a demanda de saneamento do Município, a qual atualmente apresenta severa deficiência, informando ainda se houve observância aos apontamentos e indicações do GA, no exercício de suas atribuições (fls. 773-774);

CONSIDERANDO que, em resposta, o representante do GA informou que "*não é possível responder com precisão porque essa versão final não foi disponibilizada para os integrantes do Grupo de Acompanhamento*" (fl. 797);

CONSIDERANDO que, segundo as informações constantes nos autos, a Procuradoria-Geral do Município teria orientado que o Produto Final do PMSB apenas será disponibilizado após a aprovação na Câmara Municipal de Dourados (fl. 815);

CONSIDERANDO que o representante do GA informou ainda que "*Como após as reuniões do Grupo de Trabalho ainda ocorreu a Audiência Pública, ocasião em que foram apresentadas novas propostas de ajustes pelos presentes, ficamos sem saber quais dessas propostas foram incorporadas à versão final do Plano. Aliás, ficamos sem saber ao certo se as sugestões encaminhadas pelo próprio Grupo de Trabalho constam nessa versão final do Plano*" (fl. 797);

CONSIDERANDO que o panorama acima descrito denota que eventual aprovação do Projeto de Lei 019/2018/PGM, posteriormente numerado pela Câmara Municipal sob o n. 086/2018, macula os princípios democrático e da eficiência, pois não garante a participação final do grupo composto por entidades da sociedade civil e responsável pelo controle social tão ovacionado na motivação do projeto;

CONSIDERANDO que o princípio democrático, extraído das disposições do art. 47 da Política Nacional de Saneamento Básico, bem como art. 29 da Política Estadual de Saneamento Básico, é reflexo da consolidação progressiva da chamada democracia deliberativa no país;

CONSIDERANDO que, segundo a corrente teórica da democracia deliberativa, o modelo ou "processo de deliberação política democrática" é caracterizado por um conjunto de pressupostos teórico-normativos que incorporam a participação da sociedade civil na regulação nos aspectos essenciais da vida coletiva¹;

CONSIDERANDO, então, que democracia é mais do que direito ao voto e à participação circunstancial ou periódica em decisões majoritárias; ao revés, deveria ser vista como a garantia não só formal, mas principalmente substancial, de aplicação bem sucedida de direitos básicos, incluindo igualdade de participação e de peso nas tomadas de decisões políticas de maior relevância substantiva, favorecendo uma concepção de governo que confere igual respeito às reivindicações morais dos cidadãos;

CONSIDERANDO que, ao explicar o conceito de democracia deliberativa, Cláudio Pereira de Souza Neto² aponta raciocínio parecido: "*A democracia deliberativa surge, nas duas últimas décadas do séc. XX, como alternativa às teorias da democracia então predominantes, as quais a reduzem a um processo de agregação de interesses particulares, cujo objetivo seria a escolha de elites governantes. Em oposição a essas teorias "agregativas" e "elitistas", a democracia deliberativa repousa na compreensão de que o processo democrático não pode se restringir à prerrogativa popular de eleger representantes. (...) A democracia deve envolver, além da escolha de representantes, também a possibilidade efetiva de se deliberar publicamente sobre as questões a serem decididas.*";

CONSIDERANDO que Adam Pzerwoski³, a exemplo de muitos outros teóricos da democracia, explica que a concentração de decisões de suma importância para a vida em comunidade, notadamente as que impliquem em

¹ Vide Democracia Deliberativa: Sociedade Civil, Esfera Pública e Institucionalidade, por Lígia Helena Hahn Luchmann, Cadernos de pesquisa - PPGSP - UFSC.

² SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. Teoria Constitucional e Democracia Deliberativa. Rio de Janeiro: Renovar, 2017, p. 79.

³ PZERWORSKI, Adam. Democracia. Posibilidades y límites del autogobierno. Buenos Aires, 2010, p. 1. Disponível em: <<http://seminariogargarella.blogspot.com/2010/11/brasil-boa.html>>. Acesso em: 14 dez. 2010.

transformações políticas e sociais profundas, a ponto de não permitir a visualização de uma mudança de posicionamento em curto ou médio prazo realmente deveria ser objeto da maior participação popular possível, e com a garantia de igualdade de condições que deve exceder a seara estritamente política;

CONSIDERANDO, assim, que o conceito de democracia deve evoluir, desvencilhando-se de seu perfil inicial de instrumento de revolução estritamente política, de modo a se realinhar como um instrumento de provedoria de igualdade social, redistribuição de recursos, reverência aos direitos fundamentais e, conseqüentemente, igualdade de relevância na participação das decisões substantivas;

CONSIDERANDO, portanto, que em sua decisão final, o gestor até pode discordar da deliberação do grupo colegiado formado para o acompanhamento dos trabalhos de elaboração do PMSB, mas jamais pode deixar de consultá-lo e cientificá-lo de qual caminho será trilhado, sob pena de mácula aos deveres de transparência, lealdade às instituições, *accountability* e moralidade;

CONSIDERANDO que, no caso concreto, o princípio democrático fora severamente negligenciado, eis que uma decisão de tamanha relevância, qual seja, a de submeter versão final do Plano Municipal de Saneamento Básico à aprovação legislativa, com vinculação não só dos prestadores de serviço mas também dos beneficiários finais, sequer foi apresentada ao Grupo de Acompanhamento instituído especificamente com a finalidade de auxiliar na versão final dos produtos e metas a serem estabelecidas;

CONSIDERANDO que a postura adotada pelo Executivo Municipal de negativa de submissão do produto final ao GA revela postura que não se coaduna com o Estado Democrático de Direito, não havendo conhecimento dos representantes da sociedade civil acerca da observância das diversas críticas registradas nas atas de reunião anexas;

CONSIDERANDO que, além de ofensa ao princípio democrático, há violação ainda aos demais princípios constitucionais a que a Administração Pública está sujeita, principalmente o princípio da eficiência (art. 37 da Constituição da República), já que não há segurança de que o produto final para o qual foram destinados milhares de recursos públicos de fato atende a todas as diretrizes exigidas, já que o Grupo criado especificamente para esse controle social sequer teve acesso à versão final encaminhada à Câmara Municipal de Vereadores;

CONSIDERANDO que *“o Administrador, no desempenho de suas atribuições, tem o dever de observar o princípio da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição Federal, segundo o qual não basta simplesmente a prestação do serviço, ele precisa ser eficiente”⁴*;

CONSIDERANDO que *“a Administração Pública deve pautar seus atos dentro dos princípios constitucionais, notadamente o da eficiência, que se concretiza pela condução racional e célere dos procedimentos que lhe cabem. A função administrativa deve ser desempenhada, não apenas com a observância ao princípio da legalidade, mas exigindo, outrossim, resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros”⁵*;

CONSIDERANDO que, conforme ensina Dirley da Cunha Júnior⁶: *“o princípio da eficiência apresenta, na realidade, dois aspectos: pode ser considerado em relação ao modo de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados; e pode também ser considerado em relação ao modo de organizar, estruturar e disciplinar a Administração Pública, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados no desempenho da função ou atividade administrativa (...)”*;

CONSIDERANDO que o autor citado ainda ensina que: *“No âmbito da ciência da Administração, costuma-se distinguir eficiência e eficácia. A eficiência seria o emprego de meios adequados, visando garantir a melhor utilização dos recursos disponíveis; preocupa-se, assim, com os meios, os métodos e procedimentos de trabalho adotados no âmbito interno da Administração. Já a eficácia consistiria no sucesso dos resultados obtidos; preocupa-se com os fins, não com os meios”⁷*;

CONSIDERANDO, neste sentido, que: *“A ideia que decorre do princípio constitucional da eficiência deve abranger tanto o sucesso dos meios (eficiência), como o sucesso dos fins (eficácia), visando atender aquilo que a doutrina*

⁴ TRF4, AC 5006915-60.2012.4.04.7000, QUARTA TURMA, Relator LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE.

⁵ AMS 0000157- 90.2000.4.01.3400/DF, Rel. JUIZ FEDERAL WILSON ALVES DE SOUZA, 5ª TURMA SUPLEMENTAR, e-DJF1 p.706 de 03/05/2013.

⁶ *Curso de Direito Administrativo*. 8. ed. Salvador: Podivm, 2009. p. 44-45.

⁷ IDEM.

contemporânea vem chamando de efetividade administrativa. Isso porque, a efetividade administrativa surge quando se alcançam os resultados através do emprego dos meios adequados⁸”;

CONSIDERANDO que, em outras palavras: *“a eficiência administrativa, como corolário da economicidade, tem uma vertente de maximização do recurso público a ser despendido pela Administração Pública, pelo que, para ser eficiente, a atividade administrativa empreendida deverá trazer benefícios para a coletividade compatíveis com o montante de recursos públicos despendidos”. Assim, “não é juridicamente aceitável que a adoção de uma providência administrativa resulte gastos públicos sem equivalentes benefícios sociais⁹”;*

CONSIDERANDO, portanto, que para garantia do bom emprego dos recursos públicos despendidos com a contratação da empresa GROEN ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA-EPP, o produto final encaminhado para aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico deve observar todas as necessidades locais e atentar-se para a participação efetiva e democrática dos representantes da sociedade civil, que tantas ponderações dedicaram para aprimoração dos trabalhos;

CONSIDERANDO também, que além do dever de observância do princípio da eficiência por parte do Executivo Municipal, o mesmo princípio é aplicado à atividade legislativa, que não deve debruçar-se por maior tempo em estudos relacionados ao projeto de lei ora atacado já que esta versão final merece ser revisada pelo Grupo de Acompanhamento, o que poderá ocasionar alterações no produto final, e, conseqüentemente, desserviço dessa Casa de Leis que tem se mobilizado para análise e aprovação do projeto;

CONSIDERANDO que, o que se pretende afirmar é que o próprio processo legislativo que tramita junto a essa Câmara de Vereadores encontra-se maculado pelas ofensas aos princípios destacados, razão pela qual merece ser suspenso até que as irregularidades sejam sanadas e dada voz aos responsáveis pelo controle social legalmente imputado ao Plano Municipal de Saneamento Básico;

CONSIDERANDO que a atividade pública deve ser desenvolvida com técnica e zelo singular, com dever de eficiência e desempenho adequados, posto que a remuneração do serviço público é paga com verbas de origem pública e indisponível;

CONSIDERANDO estar sedimentado na doutrina e jurisprudência nacionais que o princípio da legalidade na seara administrativa *“implica subordinação completa do administrador à lei. Todos os agentes públicos, desde o que lhe ocupe a cúspide até o mais modesto deles, devem ser instrumentos de fiel e dócil realização das finalidades normativas”¹⁰;*

CONSIDERANDO que, por eficiência no serviço público presume-se a atividade estatal voltada ao melhor resultado para o cidadão, ou seja, a obrigação do agente público no sentido de efetivar integralmente a demanda que lhe é proposta, o que não se verificará no caso de aprovação do Projeto de Lei atacado;

CONSIDERANDO que a continuidade no trâmite desse projeto de lei e eventual aprovação ao alvedrio da necessária participação do GA, cuja criação foi insistentemente enfatizada por este *Parquet*, revela atividade ineficaz, e conseqüentemente qualquer aprovação do projeto de lei será objeto de questionamento desse Órgão Ministerial, como representante constitucional dos consumidores, do meio ambiente e do urbanismo;

CONSIDERANDO, neste sentido, que entre os direitos básicos do consumidor, elencados no art. 6º da Lei nº 8.078/90, está *“a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral”* (inciso X), prevendo a mesma Lei, em seu art. 22, que *“os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos”* (caput);

CONSIDERANDO que o princípio constitucional da eficiência deve informar todos os atos dos Poderes da República, seja do Executivo, Legislativo, ou Judiciário, sob pena de serem declarados ilegais e inconstitucionais, com a necessária penalização do agente responsável por ato de improbidade administrativa;

⁸ IDEM.

⁹ MORAIS, Dalton Santos. *Os Custos da Atividade Administrativa e o Princípio da Eficiência*. In: Revista dos Tribunais. v. 837/2005. jul.2005. p. 79 -105.

¹⁰ Celso Antônio Bandeira de Melo, RDP nº 90, p. 57-58.

CONSIDERANDO, então, a necessidade de avaliação e eventual revisão do Projeto de Lei 019/2018/PGM, renumerado sob o n. 086/2018, para garantia da observância aos mandamentos legais e constitucionais;

RESOLVE, em defesa do meio ambiente, urbanismo e do consumidor, e em observância aos princípios democrático e da eficiência RECOMENDAR à Presidente da Câmara Municipal de Dourados, Sra. Daniela Weiler Wagner Hall e demais vereadores que compõem a Casa de Leis, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para revisão dos atos e responsabilização das autoridades competentes, que:

1. Suspenda a tramitação, abstendo-se de incluir em pauta de votação, o Projeto de Lei n. 019/2018/PGM, registrado nessa Casa de Leis sob o n. 086/2018, de autoria do Poder Executivo Municipal, que "*Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico [...] e dá outras providências*", até que haja apresentação e parecer do Grupo de Acompanhamento instituído por meio do Decreto n. 500/2018, a fim de garantir observância ao princípio democrático e eficiência dos produtos entregues pela empresa contratada, possibilitando eventuais adequações ou ajustes pontuais antes da aprovação da lei;

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da presente, se a RECOMENDAÇÃO será acolhida pela autoridade, sob pena de, não adotando as providências recomendadas, serem tomadas as medidas cabíveis em desfavor dos responsáveis.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao meio ambiente, à ordem urbanística e ao consumidor, de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Por fim, em atenção ao disposto no parágrafo único do artigo 45 da Resolução n. 15/2007/PGJ, encaminhe-se cópia desta Recomendação para publicação no DOMP/MS e determino ao destinatário a divulgação adequada e imediata desta Recomendação no Diário Oficial do Município.

Dourados, 18 de outubro de 2018.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR
Promotor de Justiça em substituição legal

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AMAMBAI

EDITAL Nº 0099/2018/02PJ/AMB.

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil: 06.2018.00002996-8.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: a apurar.

Objeto: Apurar eventuais ofensas a direitos e garantias individuais da criança, no que concerne ao acesso à saúde. (IC 05/2016).

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu migração do Inquérito Civil físico n. 05/2016/2ªPJAmb para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Amambai (MS), 19 de outubro de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO
Promotor de Justiça

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0157/2018/01PJ/PPR.

A 1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001932-6, em conversão do formato físico do Inquérito Civil 45/2015/1ªPJPP para formato digital, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001932-6.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Antônio João.

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental do Loteamento Portal da Serra, localizado no Município de Antônio João/MS - IC 45/2015/1ªPJPP.

Ponta Porã/MS, 18 de outubro de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0158/2018/01PJ/PPR.

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00002978-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002978-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Município de Ponta Porã e Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN.

Assunto: Apurar notícia de eventual falta de adequação às normas do SUS na Unidade Prisional Feminina de Ponta Porã/MS - IC nº 74/2012.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 74/2012 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Ponta Porã/MS, 19 de outubro de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANGÉLICA

EDITAL Nº 25/2018/PJ/AIC.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002763-7.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Município de Angélica/MS.

Assunto: Apurar eventuais irregularidade na destinação de terras públicas do Município de Angélica/MS.

Angélica/MS, 15 de outubro de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 26/2018/PJ/AIC.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002870-3.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Município de Angélica/MS.

Assunto: Apurar eventual irregularidade no cumprimento do Termo Administrativo de Cessão de Uso nº 017/2011 e do Termo de Responsabilidade de Terceiros nº 078/2010, no âmbito do Município de Angélica/MS - Migrado da CIC Inquérito Civil nº 017/2014 para o SAJMP.

Angélica/MS, 15 de outubro de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça